



MZ·ADVOCACIA®

INFORMATIVO JURÍDICO —

EDIÇÃO 147
AGOSTO 2022

Transportadores devem pagar multas por descumprimento do piso mínimo nacional de fretes?

A ANTT comumente faz fiscalizações nos veículos de transportes de cargas e os autua por descumprimento da tabela nacional de fretes, imputando pesadas multas aos transportadores, as quais, a depender do valor da distância do frete entre origem e destino, podem tranquilamente alcançar 10 mil reais.

A greve dos caminhoneiros de maio de 2018 reverbera efeitos até os dias atuais, pois como uma das pautas das reivindicações foi a criação de uma tabela nacional de fretes. Atendida a reivindicação, com a sanção pelo então Presidente Michel Temer, da Lei nº 13.078, de 08 de agosto de 2018, que instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transportes Rodoviário de Cargas. Desde então, a cada seis meses em média é publicada uma Portaria pelo Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas-ANTT, que prevê os reajustes dos coeficientes dos pisos.

Todavia, a iniciativa privada em si, devido a livre iniciativa de mercado, via de regra, continuou para muitos tipos de cargas não utilizando o referido piso nacional de fretes, o que ocasiona grande risco de autuações aos transportadores diariamente.

Desde o início de vigência da lei, há disputa judicial sobre a constitucionalidade ou não da lei, implicando em ser exigida ou não a tabela mínima de fretes.

A queda de braço judicial se iniciou em 07/06/2018, cerca de dois meses antes da sanção presidencial, justamente porque antes da sanção da lei, estava em vigência uma Medida Provisória (MP nº 833/2018) que criou originariamente a tabela de

fretes. O embate judicial foi movido pela Associação Nacional das Empresas de Transportes e Logística – NTC, que ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin nº 5.956) no STF, visando a declaração de inconstitucionalidade da criação do piso nacional mínimo de fretes,

Na época, em 06/12/2018 o relator Ministro Luiz Fux concedeu liminar, suspendendo a aplicação de medidas administrativas, coercitivas e punitivas, ou seja, suspendeu a aplicação de multas. Poucos dias após, em 13/12/2018 o Ministro reviu sua posição e suspendeu a liminar que havia concedido, deixando para que o Plenário do STF se manifestasse sobre o tema. Por sua vez, em 13/02/2019 o mesmo Ministro relator determinou a suspensão de todos os processos judiciais em curso no território nacional, com vistas a uniformização da matéria, algo esperado, pois o grande modal brasileiro é feito com caminhões, existindo milhares de autuações sendo discutidas judicialmente, devido aplicações de sanções administrativas pela ANTT.

Diante do cenário, desde 13/02/2019 os transportadores estão numa severa insegurança jurídica, pois permanecem sendo fiscalizados nas rodovias com a exigência do piso mínimo da tabela nacional de fretes, as autuações seguem sendo aplicadas e a esfera judicial ordinária não pode ser acionada para suspender o pagamento da multa, pois a decisão do STF determinou suspensão dos processos judiciais que tramitassem em 1ª instância. Então o que fazer? Seguir pagando as multas aplicadas pela ANTT e aguardar resultado final da Adin em tramitação no STF?

Por que não pagar na via administrativa e esperar o julgamento da Adin? Não é recomendável a postura, pois há grandes chances de haver modulação dos efeitos da decisão do STF, de modo a ser declarada a inconstitucionalidade da lei, mas como efeitos a partir do julgamento apenas, ou seja, quem pagou, não teria possibilidade de pedir a devolução do pagamento da multa.

Assim, acredita-se que o melhor a ser feito é ingressar com ação judicial em 1ª instância, discutindo a constitucionalidade da lei, efetuando o depósito judicial equivalente ao valor da multa ou pagando

administrativamente e pedindo a sua repetição de indébito. O processo ficará suspenso e a penalidade também, aguardando a decisão final da Adin em trâmite e evitando os riscos oriundos da possível modulação dos efeitos da decisão da Adin pelo STF.



Sergio Lipinski Brandão Jr.
OAB/RS 78.868

Sócio MZ Advocacia
sergio@mzadvocacia.com.br

Arrecadação de impostos bate recorde de R\$ 202,588 bilhões em julho

De acordo com o balanço divulgado nesta sexta-feira (26/8) pela Receita Federal, o resultado representa alta real, descontada a inflação, de 7,47% na comparação com o mesmo período do ano passado

A arrecadação do governo federal com impostos e contribuições atingiu R\$ 202,588 bilhões em julho deste ano. De acordo com o balanço divulgado nesta sexta-feira (26/8) pela Receita Federal, o resultado representa alta real, descontada a inflação, de 7,47% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Após fechar o primeiro semestre com o melhor resultado da história, o valor registrado no último mês também é o maior para o mês de julho desde o início da série histórica da Receita Federal, iniciada em 1995.

A série é atualizada pela inflação e até então o recorde havia sido registrado em julho do ano

passado. Segundo os números da Receita Federal, a arrecadação nos sete primeiros meses deste ano também bateu mais uma marca histórica, a maior para o período em 27 anos.

No acumulado do ano, a arrecadação federal já soma R\$ 1,292 trilhão, em valores nominais. Em valores corrigidos pela inflação, totalizou R\$ 1,309 trilhão, o que representa alta real de 10,44% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Fonte: Correio Braziliense

Em um mês, micro e pequenas empresas receberam R\$ 20,3 bi pelo novo Pronampe

Após abertura da nova etapa da linha de crédito, mais de 221 mil MPEs foram beneficiadas

Um mês após o Pronampe ter se tornado uma linha de crédito permanente às micro e pequenas empresas (MPEs), em 25 de julho, os 12 bancos que oferecem empréstimo por esse programa atingiram cerca de R\$ 20,3 bilhões em operações liberadas para mais de 221 mil MPEs de todo o país até 25 de agosto.

O Banco do Brasil, gestor do programa e primeiro banco a liberar as operações, bateu o recorde de liberação com R\$ 2,5 bilhões disponibilizados para mais de 23 mil clientes apenas no primeiro dia de operações da linha. Em 2021, o maior desembolso diário registrado havia sido de R\$ 2,1 bilhões.

Os recursos apoiam todos os setores da economia. Nesta fase, 54% das empresas atendidas são do comércio, 31% do serviço e 15% para pequenas indústrias.

Desde março de 2020 foram mais de 754 mil empresas apoiadas com o crédito, com um valor total de mais de R\$ 200 bilhões. Em junho de 2022, foi registrada a marca de R\$ 7 bilhões em desembolso, maior volume mensal registrado dos últimos anos.

Nos anos de 2020 e 2021, no âmbito do Pronampe, foram liberados um total de R\$ 15,2 bilhões, atendendo mais de 186 mil empresas.

O vice-presidente de Negócios de Varejo do Banco do Brasil, Carlos Motta, afirma que os desembolsos desta nova fase apoiaram empresas que empregam cerca de meio milhão de trabalhadores. “Além de levar desenvolvimento socioeconômico

para todas as regiões, esse programa auxilia na manutenção e geração de empregos”, afirma.

Um dos destaques neste primeiro mês de operações do Pronampe em 2022 é a liberação de crédito para micro e pequenas empresas que contam com mulheres em sua composição societária. Foram desembolsados R\$ 3,2 bilhões em operações para mais de 31 mil empresas com dirigentes mulheres. Os negócios, segundo a instituição, reforçam o compromisso de apoio ao empreendedorismo feminino.

Os bancos participantes são: Banco do Brasil S.A., Banco Daycoval S.A., Banco Daycoval S.A., Sicoob, Banrisul, BDMG, BRADESCO, AILOS – Cooperativa Central de Crédito, Banco da Amazônia S.A., Caixa Econômica Federal, Santander e SICREDI. Nem todos os bancos começaram a oferecer a linha de crédito no mesmo dia. Alguns estão há uma semana operando o crédito.

Novidades do Pronampe em 2022

Dentre as novidades na operação do Pronampe em 2022, estão o retorno da linha com alíquota zero no IOF e mudanças na confirmação do faturamento do cliente. Não haverá mais a carta de habilitação.

Agora, as empresas só podem contratar o crédito em bancos que elas tenham autorizado a consulta online de seus dados na Receita, usando como a chave de acesso o CPF do representante legal autorizador.

O acesso direto e online dos bancos aos dados de faturamento substitui a carta de habilitação, que deixa de ser emitida, e abre espaço para inovações na linha de crédito e na qualificação do pú-

blico-alvo.

O compartilhamento é feito de forma digital, acessando o e-CAC, disponível no site da Receita Federal, clicando em “Autorizar o compartilhamento de dados”. O novo modelo de compartilhamento de dados é seguro e atende às regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Quem tem total controle sobre as informações compartilhadas é o titular dos dados.

O que é o Pronampe?

O Capital de Giro Pronampe é uma linha de crédito vinculada ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), estabelecido pela Lei nº 13.999, de 19 de maio de 2020 e tornado permanente pela Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021.

Quais empresas podem contratar?

A empresa deve ter mais de 1 ano de constituição e faturamento registrado na Receita Federal do Brasil de até R\$ 4,8 milhões em 2021.

Quais as regras a serem cumpridas pela empresa na utilização dos recursos?

A empresa deve manter a quantidade de funcionários em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da operação, nesse caso 2021, até 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

Além disso a empresa e sócios devem estar em situação de regularidade junto à Seguridade Social e não podem possuir condenação relacionada a trabalho em condições análogas às de escravo ou a trabalho infantil.

Como contratar?

Depois de acessar o e-CAC e autorizar o BB a consultar os dados de faturamento da empresa, a contratação pode ser feita no internet banking BB (BB Digital PJ) ou em qualquer agência BB.

Finalidade do crédito?

Os recursos podem ser utilizados para as neces-

sidades de capital de giro, para as despesas operacionais (salário dos funcionários, pagamento de contas, compra de matérias-primas, mercadorias etc.) e para outros custos essenciais para o funcionamento da empresa. É vedada apenas a utilização para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

Garantias?

Mesmo quem não tem bens em garantia pode contratar, desde que atendidas as demais condições. As garantias exigidas são apenas a fiança/aval do empresário ou sócios e o Fundo Garantidor de Operações (FGO) Pronampe.

Qual a disponibilidade de recursos?

A linha está sujeita a disponibilidade de recursos, à análise de crédito da empresa e demais regras da linha previstas na legislação.

Condições para acesso ao Pronampe:

-Público-alvo: Empresas constituídas há mais de um ano, com faturamento em 2021 de até R\$ 4,8 milhões, conforme base da Receita Federal.

-e-CAC: É necessário a solicitação de autorização do BB no portal da Receita Federal para acesso aos dados da empresa.

-Prazo fixo: 48 meses – 37 parcelas após a carência de 11 meses.

-Garantias: São aceitas como garantia fiança/aval do empresário ou sócios, e o FGO (Fundo Garantidor de Operações).

-Não haverá cobrança do IOF, conforme Decreto nº 11.022 de 31 de março de 2022.

-A taxa de juros é composta por uma parte fixa (6% a.a.) e uma parte variável, que é a taxa Selic.

-As garantias exigidas são fiança/aval do empresário e sócios e o FGO Pronampe

Fonte: CNN Brasil

BNDES reabre programa de crédito para MEI, micro, pequenas e médias empresas

Banco retoma nesta segunda o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC).

O BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) reabre nesta segunda-feira (22) o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC), um fundo de garantia que amplia o acesso ao crédito para Microempreendedor Individual (MEI), micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Entre as novidades para essa edição, está a inclusão de MEIs e microempresas dentre os beneficiários. Até o momento, 40 instituições financeiras se habilitaram para operar com a linha de crédito.

Para que uma operação de crédito seja elegível à garantia pelo FGI PEAC, ela deve ser destinada a investimento ou capital de giro, de valor entre R\$ 1.000 e R\$ 10 milhões, ter prazo de pagamento de até 60 meses e carência entre 6 e 12 meses. A cobertura estabelecida pelo programa é de 80% do valor do contrato.

A avaliação quanto ao uso do FGI PEAC como garantia em operações de crédito é de responsabilidade dos bancos operadores. Cada um deles deverá limitar a taxa de juros média de sua carteira a



1,75% ao mês.

Com essas condições, estima-se que outros R\$ 22 bilhões sejam viabilizados em novas operações de crédito para MPMEs até dezembro de 2023.

De acordo com o BNDES, o objetivo de priorizar fundos garantidores para MEIs e MPMEs é estimular o mercado financeiro brasileiro a operar com este segmento.

Para o banco, ao conceder garantias para quem fatura até R\$ 300 milhões ao ano, o FGI PEAC aumenta o interesse dos bancos em conceder crédito com condições mais favoráveis aos clientes.

Fonte: CNN Brasil

Para visualizar os informativos anteriores, acesse:

www.mzadvocacia.com.br

Relatório Focus: cai expectativa de inflação para 2022 e 2023

Mercado também continua a revisar para cima a previsão de crescimento do PIB deste ano, mas a reduzir a do próximo

O mercado financeiro continua a reduzir a expectativa de inflação para este e o próximo ano, mostram dados do Relatório Focus divulgados nesta segunda-feira (29) pelo Banco Central. Foi a nona queda consecutiva para o IPCA de 2022, em meio à redução do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte coletivo, e a segunda para 2023.

A expectativa para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) deste ano caiu de 6,82% para 6,70% em uma semana (há um mês era de 7,15%). Já a do próximo caiu 5,33% para 5,30% (há quatro semanas era de 5,33%). Para 2024 e 2025, as projeções se mantiveram em 3,41% e 3,00%.

As instituições financeiras consultadas semanalmente pelo BC também continuam a revisar para cima a previsão do PIB (Produto Interno Bruto) deste ano, mas a reduzir a do próximo. A estimativa de crescimento da economia para 2022 subiu de 2,02% para 2,10% (há um mês era de 1,97%). Para 2023, caiu de 0,39% para 0,37% (há quatro semanas era de 0,40%).

O mercado manteve as estimativas para a Selic e o dólar dos próximos anos. No caso da taxa de juros, as previsões são de 13,75% no fim de 2022, 11% no de 2023, 8,00% no de 2024 e 7,50% no de 2025 (em linha com as projeções do BC). Para o câmbio, manteve as projeções para dezembro deste e dos próximos três anos em US\$ 1 = R\$ 5,20, R\$ 5,20, R\$ 5,10 e R\$ 5,17, respectivamente.

Inflação fora da meta

Apesar das revisões para baixo das projeções de inflação deste e do próximo ano (6,70% e 5,30%), elas ainda estão muito acima da meta do BC (3,5% e 3,25%, respectivamente). Com a tolerância de 1,5 ponto percentual, a meta será cumprida se o IPCA ficar entre 2% a 5% em 2022 e entre 1,75% e 4,75% em 2023.

Caso o cenário projetado pelo mercado ocorra, a meta do BC será descumprida por três anos consecutivos (em 2021, o índice oficial de inflação do Brasil fechou o ano em 10,06%).

A expectativa do mercado para o IPCA deste ano (6,70%) agora está abaixo da projeção autoridade monetária (6,80%), mas continua bastante distante do cenário do BC tanto para 2023 quanto para 2024 (o mercado prevê 5,30% e 3,41%, contra 4,6% e 2,7% da instituição).

Para 2024, inclusive, as instituições financeiras consultadas preveem um IPCA acima do centro da meta (3,41%, contra um alvo de 3,00% do BC). Isso indica uma desancoragem de expectativas mais ampla do mercado em relação às projeções da autoridade monetária. Como também há uma margem de 1,5 ponto porcentual para a meta de 2024, ela será cumprida se ficar entre 1,5% e 4,5%.

Fonte: InfoMoney



MZ·ADVOCACIA®

PELOTAS

Rua Menna Barreto, 391
Bairro Areal
CEP 96077-640
53.3025.3770
pelotas@mzadvocacia.com.br

RIO GRANDE

Praça Xavier Ferreira, 430, Conj. 303
Bairro Centro
CEP 96200-590
53.3035.2770
riogrande@mzadvocacia.com.br

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157, Conj. 1010
Bairro Menino Deus
CEP 90150-001
51.3516.1584
portoalegre@mzadvocacia.com.br